

FORMAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS: A FISCALIZAÇÃO PRÉVIA E CONCOMITANTE | 1ª EDIÇÃO

OBJETIVOS

Abordar as regras de submissão de atos e contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, com recurso à apresentação de casos práticos, bem como as regras e especificidades da concretização, pelo Tribunal de Contas, da fiscalização concomitante.

DESTINATÁRIOS

Dirigentes, Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e profissionais que trabalhem na área da Contratação Pública.

PROGRAMA / CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. A jurisdição, a competência e a organização do Tribunal de Contas
2. Breve abordagem à utilização da plataforma eContas (Resolução n.º 3/2022 PG)
3. Fiscalização Prévia
 - a. Entidades sujeitas a fiscalização prévia
 - b. Finalidade do visto.
 - c. Fundamentos da recusa do visto
 - d. Efeitos do visto
 - e. Incidência da fiscalização prévia
 - f. Fiscalização prévia: isenções
 - g. Dispensa da fiscalização prévia
 - h. Instrução do Processo a remeter ao Tribunal para Fiscalização Prévia
 - i. Possíveis decisões do Tribunal de Contas
4. Fiscalização Concomitante
 - a) A auditoria em matéria de contratação pública
 - b) O envio ao Tribunal de Contas de atos e contratos que titulem modificações a contratos de empreitada de obras públicas já visadas (Resolução n.º 4/2022 PG)
5. Breve referência à efetivação de responsabilidades financeiras

DURAÇÃO

4 horas

CRONOGRAMA

26 de outubro das 09h00 às 13h00

FORMADOR

Pedro Teixeira – Licenciado e Mestre em Direito, pela Universidade Portucalense (1998). Chefe da Divisão de Contencioso e Apoio à Contratação e às Entidades Participadas no Município do Porto (de 2018 a 2023). Formador Especialista na área da Contratação Pública.

PREÇO

125€ (valor isento de IVA)

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

E. formacao@apcontratospublicos.pt